

## AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.688 DISTRITO FEDERAL

**RELATOR** : MIN. FLÁVIO DINO  
**REQTE.(S)** : ASSOCIACAO BRASILEIRA DE JORNALISMO  
INVESTIGATIVO - ABRAJI  
**ADV.(A/S)** : RAFAEL MARTINS ESTORILIO E OUTRO(A/S)  
**INTDO.(A/S)** : PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
**PROC.(A/S)(ES)** : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO  
**INTDO.(A/S)** : CONGRESSO NACIONAL  
**PROC.(A/S)(ES)** : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO  
**AM. CURIAE.** : INSTITUTO NÃO ACEITO CORRUPÇÃO - INAC  
**ADV.(A/S)** : LUIS MAXIMILIANO LEAL TELESKA MOTA  
**AM. CURIAE.** : PARTIDO NOVO - NOVO  
**ADV.(A/S)** : PAULO ROBERTO ROQUE ANTONIO KHOURI  
**AM. CURIAE.** : TRANSPARÊNCIA BRASIL  
**ADV.(A/S)** : MARCELO KALIL ISSA

### DESPACHO:

1. Em **Petição de nº. 143.582/2024**, a União requer dilação do prazo fixado no eDOC nº 24 para o cumprimento da seguinte determinação: *“7) que, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar desta data: a. a CGU realize auditoria de todos os repasses de “emendas PIX” em benefício de ONGs e demais entidades do terceiro setor, realizados nos anos de 2020 a 2024”*. Argumenta que a tarefa está em fase de consolidação final de dados pela sua área técnica.

2. Observo que a CGU tem se mostrado diligente, até o presente momento, no cumprimento das determinações deste Supremo Tribunal para a erradicação de práticas associadas ao designado *“orçamento secreto”*.

3. Nesse contexto, não vislumbro na requerida dilação do prazo qualquer prejuízo à razoável duração do processo (art. 5º, inc. LXXVIII, da Constituição), bem como ao controle da execução da decisão de mérito prolatada na presente ADI.

4. Ante o exposto, **FIXO, como prazo final** para a apresentação integral da prova técnica referida no item 7), *“a.”*, do eDOC nº 24, acima transcrito, **a data de 11 de novembro de 2024**.

**ADI 7688 / DF**

Publique-se.

Brasília, 31 de outubro de 2024.

Ministro FLÁVIO DINO

Relator

*Documento assinado digitalmente*